

Projeto da Carta deve mudar pouco

BRASÍLIA — Poucos artigos deverão ser eliminados do projeto da futura Constituição aprovado em primeiro turno, apesar dos fortes lobbies dos empresários, das esquerdas e das tentativas do governo. O Planalto, por exemplo, quer suprimir todo o artigo que prevê a jornada máxima de trabalho de seis horas para o trabalho ininterrupto, mas o PMDB aceita apenas retirar a palavra "máxima", nunca o princípio.

As esquerdas, por seu lado, querem incluir as terras produtivas entre as passíveis de desapropriação, hipótese que o governo, empresários e produtores rurais não admitem. No primeiro caso, o governo tem poucas chances de sair vitorioso, da mesma forma que as esquerdas sabem que é remota a possibilidade de vencerem no segundo.

Mas há pontos em que o acordo é provável, como a questão da anistia dos débitos tributários e da correção monetária para pequenos empresários e produtores ru-

rais, a moção de censura a ministros e o tabelamento dos juros em 12%: todos deverão ser excluídos do texto. No caso dos juros, a emenda que tem mais chances de ser acolhida em plenário é a do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) — ela prevê a supressão do índice dos juros, mas mantém o princípio do tabelamento.

O governo também quer eliminar o voto dos menores, mas o líder do PMDB, Nelson Jobim, é contra. Já o deputado Ulysses Guimarães concorda com o governo nesse item, portanto, a solução será deixar a questão aberta ao partido. Quanto à comercialização de sangue, o líder do governo, Carlos Sant'Anna, aguarda pronunciamento a respeito do Conselho Federal de Medicina, para posterior negociação.

Dois pontos, contudo, são considerados essenciais pelo governo e não contam com apoio da liderança peemedebista: a passagem do PIS para a seguridade social, financiando o seguro-desemprego; e o que altera a alíquota do Finso-

cial e transfere 80% da arrecadação para a seguridade social.

MILITARES

O governo deverá aproveitar o poder de persuasão obtido pelo lobby dos militares, interessados na exclusão do voto dos jovens entre 16 e 18 anos, da jornada de seis horas e da anistia aos microempresários. No caso do voto dos menores, os militares argumentam com o risco para a segurança nacional, com base em avaliação psicossocial própria que aponta os jovens como rebeldes por natureza e propensos a votar invariavelmente na oposição e nos partidos de esquerda.

A anistia e a jornada de seis horas afeta diretamente os interesses das Forças Armadas: a primeira sofre forte pressão dos militares da reserva, além do que os setores financeiros das Forças Armadas temem consequências negativas sobre seus orçamentos e soldos, conforme tem acenado o governo. Quanto às seis horas, a Marinha e a Aeronáutica lembram a existência do arsenal e da Em-

braer, cujas despesas com contratação de novos funcionários, segundo o ministro Moreira Lima, atingiriam cifras incalculáveis. O Exército também se sente atingido, em função das seis fábricas da Imbel em operação no País.

Na pauta dos interesses e preocupações dos militares está também a equiparação da pensão dos ex-combatentes da II Guerra Mundial, ou seja, a possibilidade de receber pensão igual quem esteve nos campos de batalha da Itália e quem foi alocado nas ilhas de Fernando de Noronha, Trindade ou permaneceu no litoral brasileiro. Para o Exército, a pensão deve atingir somente os febianos que combateram na Europa. Outra emenda do interesse do Exército torna as pensões proporcionais aos dependentes, para que não se eternizem, como as da Guerra do Paraguai. A Força quer ainda mudanças na questão da agregação do militar que se filia a partido político; da ascensão, na inatividade, de militares engajados entre 1954 e 1965; e da prisão em flagrante ou mediante mandado judicial.



André Dusek/AE 29/6/88

Sant'Anna espera parecer do CFM sobre venda de sangue

Os itens polêmicos ainda em discussão

São os seguintes os pontos que o PMDB e o governo podem mudar:

- Remeter para a lei ordinária a definição da licença-paternidade;
- Suprimir a moção de censura;
- Suprimir a expressão "de um salário mínimo" na aposentadoria dos idosos e deficientes;
- Suprimir a estabilidade do funcionário público;
- Suprimir a anistia dos débitos tributários;
- Suprimir anistia dos empresários e produtores rurais;
- Suprimir a isonomia dos delegados com magistrados.

OS PONTOS EM NEGOCIAÇÃO SÃO:

- Suprimir o direito de greve irrestrito;
- Suprimir o dispositivo de revogação dos decretos-leis que não estiverem aprovados até a promulgação da Constituinte;
- Suprimir o mandato judicial no ato das prisões;

- Suprimir o tabelamento dos juros em 12%;

- Comercialização dos hemoderivados.

PONTOS SEM ACORDO:

- Suprimir o turno de revezamento de seis horas;
- Permissão de voto para os menores, com idade entre 16 e 18 anos;
- Tornar susceptíveis de desapropriação propriedades produtivas;
- Conceito de empresa nacional;
- Suprimir a preferência para empresas brasileiras de capital nacional na aquisição de bens e serviços pelo Estado;
- Nacionalização da exploração de minérios;
- Eliminação dos contratos de risco; Estabelecer prazo de prescrição para as ações trabalhistas de cinco anos, para trabalhadores rurais e urbanos.